

Descolonizando a teoria espacial crítica: primeiras aproximações à noção de “colonialidade do espaço”¹

Debate ou discussão em teoria social
GT 06 – Imaginários sociais, memórias e pós-colonialidade
Sérgio Henrique Rocha Franco²

Resumo

No presente artigo argumento que para uma compreensão adequada dos processos socioespaciais latino-americanos é imprescindível considerar características específicas da história da região. A história da América Latina está marcada por experiências de dominação, assimetria e expropriação, sendo que uma análise holística da espacialidade latino-americana depende da incorporação em seu bojo do duplo conceito “modernidade/colonialidade”. Diretamente inspirado por pensadores que formaram parte do que se convencionou chamar grupo “Modernidade/Colonialidade”, proponho que a espacialidade latino-americana é um produto acumulativo das experiências modernas/coloniais, sendo plausível vislumbrar, conjuntamente com noções como “colonialidade do poder” e “colonialidade do saber”, a existência de uma “colonialidade do espaço”. Para exemplificar tal “colonialidade do espaço” analiso brevemente a evolução espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras Chave

Modernidade/colonialidade, espacialidade, América Latina

1. Introdução

O ponto de partida do presente artigo é o debate sobre a capacidade de estudos e teorias críticas do espaço desenvolvidos no “centro” (como, por exemplo, os de Henri Lefebvre, David Harvey, Mike Davis, entre outros) para efetuar uma análise holística da experiência espacial latino-americana³. Estes estudos e teorias serviram como fonte de inspiração para diversos urbanistas, geógrafos e sociólogos urbanos latino-americanos ao longo das últimas décadas e não há dúvidas sobre sua validade para a compreensão de determinados aspectos da espacialidade latino-americana. Sem embargo, em face de ser baseada no “centro” e, por conseguinte, desconsiderar realidades para além do “centro”, esta literatura carece de ferramentas conceituais que abordem merecidamente determinadas particularidades da região.

¹ A pesquisa que conduz ao presente artigo recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa da União Europeia (FP7/2007-2013) / ERC, contrato de concessão nº 249438 TRAMOD.

² Doutorando em Sociologia no Departamento de Teoría Sociológica, Filosofía del Derecho e Metodología de las Ciencias Sociales, Facultad de Economía y Empresa, Universidad de Barcelona, Espanha.

³ Existem várias formas de nomear as divisões e desigualdades mundiais: “centro” e “periferia”; “norte global” e “sul global”; “primeiro mundo” e “terceiro mundo”; “ocidente” e “orientado”, etc. Connell (2009, p. 212) indica que, embora cada um desses conceitos pertença a diferentes tradições teóricas, há uma sobreposição entre eles, na medida em que todos destacam o padrão duradouro de desigualdade de poder, de riqueza e de influência cultural que surgiu historicamente do colonialismo e do imperialismo europeu e estadunidense. Neste artigo, orientado pelas reflexões do grupo “Modernidade/Colonialidade”, opto por adotar os conceitos de “centro” e “periferia” ao referir-me às divisões mundiais sob a modernidade.

Nesse sentido, tal como adverte Roy (2009, p. 820), apesar de teoricamente relevantes e bem articulados os estudos e teorias críticas mencionados anteriormente são, em sua maioria, “produzidos” e “informados” em/por contextos “centrais”: Lefebvre e sua Paris, Harvey e sua Baltimore, Berman e sua Nova York, e assim por diante. Robinson (2002, 2003, 2006) também assevera que o campo dos estudos urbanos padece de uma “ignorância assimétrica”, porque o conhecimento e as teorias são produzidos principalmente em cidades do que ela define como “norte global”, “ignorando” as experiências “urbanas” do chamado “sul global”. Myers (2011), em seu trabalho sobre as cidades africanas, indica que “Henri Lefebvre, Doreen Massey, Saskia Sassen, Manuel Castells e muitas outras estrelas amplamente citadas dos estudos urbanos, como Harvey, raramente fazem referência à África em suas obras, ou situam suas cidades em notas de rodapé e nas margens” (Myers, 2011, pp. 5-6). Não há dúvida de que algo similar poderia ser afirmado em relação à América Latina.

As críticas “pós-coloniais” dos estudos urbanos e das teorias do espaço alertam que é necessário incorporar de forma definitiva os contextos da “periferia”, como os da América Latina, no processo de teorização sobre o urbano e o espaço, examinando, assim, atentamente suas cidades, metrópoles e territórios. Somente assim seria possível superar a “ignorância epistemológica” e a “marginalização epistemológica” reinantes no campo dos estudos urbanos/espaciais. Partindo da linha de argumentação aberta por autores como Robinson (2002, 2003, 2006), Roy (2009) e Myers (2011), defendendo que não somente é imprescindível examinar atentamente os processos espaciais para além do “centro”, senão que também é preciso considerar devidamente características da história moderna, e por conseguinte colonial, ao fazê-lo.

Ao desenvolver as ideias que se seguem, fundamento-me em reflexões próprias do pensamento “descolonial” latino-americano. Assim, à luz das contribuições de pensadores vinculados ao que se convencionou chamar rede ou grupo “Modernidade/Colonialidade”, ou seja, inspirado pelas reflexões de Enrique Dussel, Walter Dignolo, Anibal Quijano, Arturo Escobar, entre outros, argumento que uma análise holística da espacialidade latino-americana – e de seus processos socioespaciais, como é o caso do próprio processo de urbanização – somente pode ser constituída através da incorporação do duplo conceito “modernidade/colonialidade”. Por conseguinte, tal análise deve apreciar características específicas da história da região, enfocando, assim, os duradouros padrões de desigualdade, dominação e expropriação que surgiram e se perpetuaram a partir das relações modernas e coloniais.

Se tal interpretação da espacialidade latino-americana é aceitável, então seria plausível considerar, conjuntamente com conceitos os de “colonialidade do poder” (Quijano, 1997, 2000a, 2000b), “colonialidade do saber” (Lander, 2000; Castro-Gómez, 2000; Dignolo, 2006) e “colonialidade do ser” (Dignolo, 2003b, 2006; Maldonado-Torres, 2006, 2007), a existência de uma “colonialidade do espaço”. Dessa forma, ao analisar a conformação das relações “modernas/coloniais” na América Latina, além de examinar a dimensão ontológica da colonialidade e de denunciar legados coloniais para a estruturação social, mental e de poder das sociedades latino-americanas, como, por exemplo, as classificações baseadas na noção de raça e/ou a preponderância do eurocentrismo como matriz de conhecimento, é necessário examinar também a “materialização” das dinâmicas modernas/coloniais na e através da espacialidade.

Para pensar tal “materialização”, e contribuir para uma interpretação crítica da espacialidade latino-americana, acudo aos conceitos de “rugosidades do espaço” e “inércia espacial” do geógrafo brasileiro Milton Santos (2004), e analisando, a modo de exemplo, o caso do Rio de Janeiro procuro assinalar o papel desempenhado pelas dinâmicas “modernas/coloniais” – como, por exemplo, pela instituição da escravidão – para a constituição de sua espacialidade⁴. Nas conclusões, realizo um breve balanço das potencialidades e limitações das teorias críticas do espaço elaboradas no “centro” e indico

⁴ Não resta dúvidas de que é complicado assumir o Rio de Janeiro como caso exemplar para toda a complexidade latino-americana. A utilização da cidade não deve ser entendida mais que como uma estratégia para ilustrar e discutir o conceito aqui proposto.

que o enfoque aqui proposto pode colaborar para a compreensão das espacialidades coloniais engendradas ao redor do mundo “periférico” “pós-colonial”.

2. A moderna e, por conseguinte, colonial espacialidade latino-americana: primeiras aproximações à “colonialidade do espaço”

Escobar (2003) indica que o grupo “Modernidade/Colonialidade” não considera a modernidade como um fenômeno interno à Europa, mas sim planetário, cuja origem é marcada pela conquista da América e o domínio do Atlântico após 1492. O autor assinala que tal “programa de investigação” (2003, pp. 51, 60-62) assume a conquista, dominação e colonização de outros territórios e povos fora do “centro” europeu como uma necessária dimensão da modernidade. Tal como Quijano (2000a), Lander (2006) e Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) argumentam, o colonialismo é uma dimensão constitutiva do desenvolvimento histórico da modernidade, sendo o processo de colonização da América elemento essencial para a constituição da economia-mundo capitalista.

Escobar (2003, pp. 60-61) destaca que o grupo “Modernidade/Colonialidade” inaugura uma nova concepção espacial e temporal ao localizar as origens da modernidade no processo de conquista da América e ao assumir seu desenvolvimento como uma superposição de eventos históricos posteriores a este “momento originário”. Desse modo, a “*modernidad madura*” (Dussel, 2007), a da Revolução Industrial e do Iluminismo, não substitui a “*modernidad temprana*” (Dussel, 2007), a da Conquista, senão que lhe sobrepõe até o momento presente (Escobar, 2003, p. 60). Não é demais lembrar também que a modernidade da Conquista foi condição necessária de existência da toda modernidade subsequente (Dussel, 2007).

Quijano (2000a, p. 240) expressa bem tal caráter relacional da modernidade ao alertar que na América nunca existiu uma sequência evolucionista entre modos de produção – por exemplo, do feudalismo ao capitalismo. O autor (1997, 2000a, 2000b) defende que nos últimos cinco séculos, segundo uma classificação racial da população mundial, o capital foi o eixo dominante da articulação conjunta de todas as formas historicamente conhecidas de controle e exploração do trabalho, configurando, assim, um único padrão de poder, o da colonialidade do poder. Coronil (2000, 2007), também combate as concepções etapistas da história ao indicar que o colonialismo, o imperialismo e fenômenos como a acumulação primitiva colonial não são prévios ao capitalismo, senão que lhe são coetâneos, devendo ser assumidos como condição mesma de sua existência. A partir disso, é preciso indicar ainda que colonialidade não significa o mesmo que colonialismo e, sobretudo, que o fim do colonialismo histórico não significou o fim da colonialidade (Quijano, 2000a; Mignolo, 2003; Maldonado-Torres, 2007; Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007). Precisamente, Escobar (2003) ressalta que entre as principais conclusões do “programa de investigação” estão as de que não existe modernidade sem colonialidade e que a grande maioria dos teóricos europeus foram “cegos à diferença colonial” (p. 61).

Pautado pelas reflexões do grupo “Modernidade/Colonialidade”, assumo a modernidade como intrinsecamente baseada no colonialismo e umbilicalmente vinculada à colonialidade. É preciso admitir que a modernidade está baseada em relações históricas assimétricas de dominação e expropriação, que não haveria modernidade sem a experiência colonial e, finalmente, que as independências jurídico-políticas e o fim do colonialismo histórico não significaram o fim da colonialidade. Além disso, é preciso ter em mente que as consequências das relações modernas/coloniais se alteram em conformidade com a posição que cada sociedade e/ou região assume, como “centro” ou como “periferia”, no sistema-mundo moderno-colonial (Quijano & Wallerstein, 1992). Assim sendo, proponho que a modernidade e suas dinâmicas constitutivas de dominação, assimetria e expropriação, têm consequências espaciais, isto é, “desdobramentos” sobre o espaço socialmente produzido, e sustento que estes “desdobramentos” são diversos ao redor do mundo, dependendo da posição que cada

sociedade e/ou região assume, como “centro” ou como “periferia”, no sistema-mundo moderno-colonial (Quijano & Wallerstein, 1992).

A América Latina tem testemunhado efeitos, materiais e simbólicos, particulares das dinâmicas modernas condizentes com sua posição específica no sistema-mundo moderno-colonial, efeitos estes que são substantivamente “diferentes” daqueles experimentados no “centro” e que são essenciais para a (con)formação da dimensão espacial no subcontinente. Isso significa pensar a espacialidade latino-americana não a partir de noções mais ou menos universais, senão que a partir da noção de “colonialidade”, considerando, assim, a existência de uma “colonialidade do espaço”.

A “colonialidade do espaço” pode ser entendida, primeiramente, como a “inscrição” e “materialização” das relações “modernas/coloniais” na espacialidade. Assim sendo, é preciso assumir que a divisão internacional (e racial) do trabalho, típica da matriz colonial de poder (Quijano, 2000a), imprime sua lógica sobre a espacialidade historicamente engendrada na “periferia”. Isso envolve avaliar o estabelecimento de condições locais e hierarquias entre territórios segundo sua inserção no sistema-mundo moderno-colonial (Quijano & Wallerstein, 1992), o que no caso da América Latina se vincula diretamente ao abastecimento do mercado mundial. A noção de “colonialidade do espaço” também abrange a espacialização das divisões e classificações raciais modernas, assim como a decorrente conformação de padrões de segregação que não são somente socioespaciais, senão que sócio-racial-espaciais.

Além disso, uma vez que a condição “periférica” da América Latina no sistema-mundo moderno-colonial vem marcando “diferencialmente” seu espaço ao longo dos últimos cinco séculos, é imprescindível reconhecer que a espacialidade ali constituída é um processo acumulativo. As dinâmicas coloniais vão se “inscrevendo” e se “sedimentando” no espaço, de tal forma que a colonialidade está, por assim dizer, “encrustada” no espaço. Tal qualidade da “colonialidade do espaço” possui consequências. Dessa forma, os legados espaciais do colonialismo histórico influenciaram relações posteriores e estão de alguma forma presentes na paisagem/espacialidade contemporânea. Ao mesmo tempo, tal como o fim do colonialismo não “cancelou” a colonialidade, é preciso lembrar que a “materialização” espacial da colonialidade é um fenômeno que segue vigente, condicionando, portanto, desenlaces porvindouros.

Finalmente, é preciso exatamente destacar que a lógica da conquista persiste. Mignolo (2009, pp. 41-42) afirma que há uma “colonização do espaço” inerente à modernidade, aquela relacionada à conquista e à dominação de tudo o que seja não-europeu, tanto territórios quanto povos. Dussel (2000, p. 29) também considera a centralidade da conquista para a modernidade ao advertir que o “*ego cogito*” moderno (penso logo sou) foi antecedido em mais de um século pelo “*ego conquiro*” ibérico (conquisto logo sou) na América. Autores como Coronil (2003, 2007) e Grosfoguel (2008) destacam, ademais, a persistência da lógica da conquista e sua imprescindibilidade para a economia-mundo capitalista. Assim sendo, é possível considerar a persistente lógica da conquista como um componente da “colonialidade do espaço”, colonialidade esta que começa com o colonialismo histórico, mas que não se esgota com nele.

3. Colonialismo, colonialidade e seus legados espaciais: o caso do Rio de Janeiro

Em 1502 os portugueses entraram pela primeira vez na Baía de Guanabara, porém foi apenas anos mais tarde, em 1565, que o primeiro núcleo populacional colonial foi instituído de forma permanente. Este povoado marca, de fato, o começo da cidade do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XVII, o Rio de Janeiro se tornou a cidade mais populosa do Brasil e, como resultado da descoberta de ouro na vizinha região de Minas Gerais, ganhou importância fundamental na ordem colonial (Abreu, 2010). Essa importância foi ainda maior durante o século XVIII e a cidade adquiriu uma centralidade inquestionável no contexto da economia colonial brasileira como porto de importação

de mercadorias estrangeiras, incluindo os escravos africanos, destinadas aos populosos centros de mineração no vasto território das Minas Gerais. Também era da província do Rio de Janeiro que o ouro e as pedras preciosas eram majoritariamente embarcados para Portugal. Ocorre assim a progressiva consolidação da cidade como proeminente núcleo portuário, importante ponto de controle entre as entranhas coloniais e o centro de comando metropolitano, sendo tamanha a sua relevância para a ordem colonial que, em 1763, a administração metropolitana, sob o comando do Marquês de Pombal, transferiu a sede da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.

No entanto, até aquele momento a cidade colonial de São Sebastião do Rio de Janeiro era um povoado portuário nas margens da Baía de Guanabara, espremido entre morros, ocupando um espaço duramente conquistado por meio da drenagem dos brejos e manguezais da região (Abreu, 2010). Somente no início do século seguinte, com a instalação da família real portuguesa na cidade, em 1808, e a subsequente elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, tal situação mudou de forma mais apreciável. O Rio de Janeiro passou a ser sede de um amplo império multicontinental, a contar com a presença de uma classe até então inexistente na cidade, a aristocracia portuguesa, e a receber um grande influxo de manufaturas britânicas decorrente da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional – decretada pelo poder português em 1808.

Depois da independência jurídico-política do Brasil, em 1822, a cidade se transformou em polo de atração de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, e as freguesias centrais, densamente povoadas, passaram a abrigar um conjunto heterogêneo de atividades e classes sociais: moradias das classes dirigentes; diversos sobrados particulares; casarões transformados em casas de cômodos, cortiços e estalagens, que serviam de moradia para as camadas pobres da população (Abreu, 1987; Benchimol, 1990). Na área central também se encontravam a sede do governo imperial, prédios públicos, comércios, setor financeiro, armazéns e o porto. Na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, estradas de ferro foram abertas para servir a região e o Rio de Janeiro consolidou sua importância nacional, tanto como capital política, quanto como empório comercial e financeiro sob hegemonia comercial britânica (Benchimol, 1990, p. 76). Em 1889, quando uma república substituiu a monarquia brasileira, a cidade continuou sendo a capital nacional e, num contexto marcado pela transição ao trabalho assalariado, indústrias se estabeleceram nos arredores do centro e novos meios de transporte foram implantados, destacadamente o bonde sobre trilhos (Abreu, 1987; Weid, 1997).

O Rio de Janeiro crescia num ritmo vertiginoso. Entre 1872 e 1890, sua população praticamente dobrou, passando de 274.972 a 522.651 habitantes (Benchimol, 1990, p. 172; Vaz, 1994, p. 580). A cidade era naquele momento a única no país com mais de 500 mil habitantes, sendo que as duas outras principais cidades, São Paulo e Salvador, tinham na época pouco mais de 200 mil habitantes (Benchimol, 1990, p. 172). Em 1900, a cidade já contava com 691.565 habitantes e em 1906 atingia 811.444 (Benchimol, 1990, p. 172; Weid, 1997, p. 63). Este crescimento populacional pode ser explicado pela entrada massiva na cidade de trabalhadores livres, tanto nacionais quanto estrangeiros, porém é forçoso relacioná-lo ao final da escravidão em 1888. Tal crescimento deve também ser associado à impossibilidade de ocupação de terras pelas camadas populares e ex-escravos devido à Lei de Terras instituída em 1850⁵.

A partir desse panorama, na entrada do século XX, o prefeito Pereira Passos, diretamente influenciado pelas intervenções de Haussmann em Paris, realizou uma ampla reforma urbana no Rio de

⁵ A Lei de Terras de 1850 dispunha sobre a ocupação das terras, significou a mercantilização do sistema de propriedade da terra no Brasil e dificultou sobremaneira o acesso à terra para vastos setores da população. Como afirma Martins (1981), a Lei de Terras de 1850 “foi um instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre as terras de todas as regiões do país, inclusive das que ainda não haviam sido ocupadas economicamente” (p. 237).

Janeiro⁶. Ainda que o principal argumento para as reformas era desafogar o velho centro colonial, de forma a transformar o aspecto e as condições de higiene daquele espaço, a abertura das inúmeras avenidas visava também facilitar os imperativos da circulação (de pessoas e mercadorias), assim como mudar o uso social daquele espaço (Abreu, 1987; Benquimol, 1990). A demolição de diversos edifícios e a expulsão, em diversas ocasiões violenta, das classes populares do centro da cidade foi seguida pela ocupação dos morros localizados ao redor da área central. Desse modo, ainda que as favelas do Rio de Janeiro não tenham surgido com as reformas de Pereira Passos, esta exerceu um papel importante no processo de expansão das mesmas.

Vários autores discutiram as contraditórias relações espaciais envolvidas na produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro, com especial atenção sendo dada às associações entre Estado e capital privado, desde o final do século XIX até a atualidade, aí incluídas as reformas de Pereira Passos (Abreu, 1987; Benquimol, 1990; Silva, 1992; Vaz, 1994). É perfeitamente aceitável a interpretação de que na constituição da espacialidade carioca prevaleceu um comportamento em que o Estado se associou ao capital em benefício das classes mais abastadas da sociedade. Sem embargo, para entender a espacialidade do Rio de Janeiro é preciso ter também em consideração as relações coloniais, que foram historicamente perpetradas sobre a cidade e seu espaço⁷.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que vários acontecimentos estão diretamente relacionados ao domínio colonial português: a decisão de estabelecer a cidade naquele local específico, num contexto de disputa entre potências coloniais europeias; a transferência da sede colonial para a cidade, a fim de controlar a exploração das riquezas minerais; a instalação da corte portuguesa no Brasil e sua promoção à condição de sede do reino português. Todos esses acontecimentos, diretamente relacionados ao poder de agência do colonialismo português, não podem ser simplesmente desvinculados da estrutura espacial que foi emergindo e se desenvolvendo ali. Como afirma Milton Santos (2004), há uma “inércia espacial”, uma “força de condições locais do passado”, que delinea a evolução subsequente ou futura (Santos, 2004, p. 170). Da ideia de Milton Santos de “inércia espacial” (2004, pp. 166-171, 185), deve ser reconhecido, por exemplo, que, com o fim da escravidão, a força de trabalho escrava liberta do cativo caminhou em direção a pontos específicos do território nacional, nomeadamente em direção à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a centralidade historicamente instituída de acordo com os desígnios coloniais.

Em segundo lugar, é justamente preciso destacar as consequências espaciais para a cidade do Rio de Janeiro da enorme massa de trabalho escravo africano introduzida no Brasil durante o período colonial e também após a independência jurídico-política. Os escravos africanos foram durante séculos a principal força de trabalho de toda a economia brasileira: primeiramente, nas plantações de açúcar, depois nas minas de ouro e mais tarde nas fazendas de café. Com o fim da escravidão e sem acesso à terra, grande parte dessa força de trabalho confluía em direção à capital nacional em busca de sobrevivência. Ante tais condições, como desconsiderar os efeitos da escravidão moderna para a estruturação de uma cidade como o Rio de Janeiro? Não parece ser mera coincidência que as favelas proliferaram após a abolição da escravidão, sendo desde então um componente marcante da paisagem carioca. Também não é demais recordar que os habitantes das favelas são ainda hoje, mais de um

⁶ Para uma análise detalhada das reformas de Pereira Passos, ver Benquimol (1990). Para uma leitura das reformas a partir do conceito de “colonialidade do saber”, ver Diniz (2012).

⁷ Ainda que Abreu (1987) reconheça que as “relações sociais capitalistas” tiveram que se confrontar com a espacialidade colonial que lhes precedia, uma linguagem “etapista” permanece em suas análises. Uma interpretação mais próxima à aqui proposta, ainda que o objeto de análise seja primordialmente a região portuária da cidade do Rio de Janeiro, pode ser encontrada em Diniz (2012).

século depois da abolição, em sua maioria, pessoas pobres e não-brancas, o que ilustra bem a “colonialidade do espaço”, expressa pela segregação sócio-racial-espacial prevalecente na cidade⁸.

As dinâmicas brevemente descritas anteriormente tiveram consequências para a (con)formação da espacialidade da cidade do Rio de Janeiro, uma espacialidade moldada ao longo de aproximadamente cinco séculos de história “moderna/colonial”. Tal historicidade requisita um exame diacrônico da espacialidade. Através das teorizações de Milton Santos (2004) é possível conectar as características espaciais latino-americanas com os processos históricos de longa duração a elas relacionados. Assim sendo, ademais do conceito de “inércia espacial” (Santos, 2004, pp. 166-171, 185), Milton Santos (2004, p. 173) propõe que há “rugosidades do espaço”, uma persistência das formas espaciais de momentos históricos anteriores.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado no espaço. As rugosidades oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. (...) O modo de produção que, (...) cria formas espaciais fixas, pode desaparecer (...), sem que tais formas fixas desapareçam (Santos, 2004, p. 173).

A espacialidade do Rio de Janeiro se relaciona com sua “inércia espacial” e suas “rugosidades” formadas em meio a uma miríade de relações coloniais e modernas. Antes de alcançar sua configuração socioespacial metropolitana contemporânea, o Rio de Janeiro foi em primeiro lugar, um território colonial e, em seguida, similarmente a outras cidades latino-americanas, uma cidade de relevância nacional em uma região “periférica” e “dependente” sob influência direta de potências imperiais. Todos estes processos são constitutivos da espacialidade ali historicamente conformada. Afinal, o espaço não é apenas um reflexo das relações sociais atuais porque é também a “memória” de relações sociais precedentes (Santos, 2004). Existe, assim, uma acumulação diacrônica de relações sociais coloniais no espaço e, portanto, é preciso superar qualquer tipo de hostilidade em relação a um exame histórico dos fenômenos espaciais.

Destarte, uma compreensão adequada da espacialidade latino-americana demanda primeiramente a consideração do período colonial, do colonialismo histórico, com sua divisão internacional (e racial) do trabalho específica e seus diversos legados espaciais. Em segundo lugar, é preciso analisar a divisão internacional (e racial) do trabalho que ganha existência depois das independências políticas – que, no caso dos países latino-americanos, significa participação “periférica” e “dependente” no mercado capitalista mundial – e sua espacialização sobre, contra e conjuntamente aos legados espaciais coloniais precedentes⁹. Finalmente, é imprescindível apreciar a divisão internacional (e racial) do trabalho contemporânea, aquela do “globalitarismo” (Santos, 1996, 2000) e do “globocentrismo” (Coronil, 2000), e sua espacialização, sobre, contra e em articulação com as espacialidades herdadas dos ordenamentos sociais anteriores. Uma interpretação satisfatória da espacialidade depende, portanto, da incorporação de todos esses processos e significa assumir a “inscrição” e “sedimentação” da “colonialidade” sobre/no espaço.

⁸ A população favelada do Rio de Janeiro é formada principalmente por pessoas não-brancas (pretas e pardas) – cerca de 62% (Ribeiro & Lago, 2001, p. 37).

⁹ É válido alertar, tal como o faz Quijano (2000a, pp. 235-236), que a chamada dependência não pode ser mecanicamente explicada somente pela subordinação por um poder político ou econômico externo. A dependência deve ser explicada pela “comunidade de interesses raciales” (p. 236) entre elites “centrais” e “periféricas”. Assim, a impressão da colonialidade na espacialidade “periférica” passa também pela mediação de forças internas dependentes.

4. Conclusões

Muitas características contemporâneas das fragmentadas e desiguais cidades e metrópoles latino-americanas estão relacionadas a processos relativamente recentes como, por exemplo, sua inserção na voraz globalização neoliberal. Além disso, o poder de ação do mercado e do Estado, e sua interação mútua, são centrais para o estabelecimento da espacialidade atualmente existente na América Latina. Certamente a literatura crítica sobre o espaço produzida no “centro” pode fornecer ferramentas conceituais e *insights* valoráveis para analisar todas essas dinâmicas.

No entanto, como indicado anteriormente, existem algumas limitações analíticas em tais tipos de estudos e teorias. A primeira é que, como assinalam Robinson (2002, 2003, 2006) e Roy (2009), o trabalho teórico sobre o espaço, o urbano, as cidades e metrópoles é, em grande medida, localizado e fundamentado no “centro”, principalmente, na América do Norte e na Europa Ocidental. Além do mais, como bem alerta Connell (2009), a partir desse desequilíbrio, sempre há o risco de perpetrar generalizações ilegítimas das experiências “centrais”, como se elas fossem mais ou menos universais, ou mesmo de obscurecer ou mesmo apagar realidades inteiras fora do “centro”. Tal situação demanda uma verdadeira “descolonização epistemológica” (Escobar, 2003, p. 81) dos estudos urbanos e teorias espaciais que deve ser pautada pelas noções de “colonialidade” (Quijano, 2000a; Dussel, 2000, Escobar, 2003, entre outros) e “diferença colonial” (Mignolo, 1999, 2000, 2002).

Dessa perspectiva, outro problema com as teorias críticas do espaço “produzidas” e “informadas” em/por contextos do “centro” é que mesmo que elas indiquem os efeitos negativos da produção capitalista no/do espaço, elas geralmente não consideram devidamente a geração (certamente não espontânea) da “periferia” em si, isto é, o surgimento e inserção histórica da “periferia” na divisão internacional (e racial) do trabalho ao longo dos últimos cinco séculos. Consequentemente, as teorias críticas do espaço “centrais” não são capazes de analisar devidamente as consequências espaciais de fenômenos marcados pela lógica da conquista, sendo possível afirmar, a partir das considerações de Escobar (2003, p. 61), que são, por assim dizer, “cegas” à “diferença colonial”.

Embora alguns autores, como Harvey (2000, 2001, 2005, 2012) ou Davis (2000, 2004, 2006), considerem por vezes os efeitos das expansões imperialistas, quase sempre o enfoque adotado recai sobre a expansão imperialista que tem lugar a partir do século XIX. As práticas coloniais modernas anteriores, como aquelas que marcaram o surgimento da América Latina, ainda durante a “*modernidad temprana*” (Dussel, 2007), não recebem a devida atenção. Além disso, Harvey (2000, 2001, 2005, 2012) não considera satisfatoriamente a incidência da expansão imperial sobre a espacialidade que se conforma nas “colônias” e Davis (2004, 2006) oferece uma visão demasiado descritiva que não tem em conta a história específica dos vários casos “periféricos” por ele ligeiramente mencionados. Em suma, a literatura espacial “central” não aborda satisfatoriamente dinâmicas chave impressas sobre as sociedades “periféricas”, incluídas as latino-americanas, ao longo de suas trajetórias modernas, e por conseguinte, coloniais.

É válido esclarecer que o problema não é que as teorias críticas do espaço, como as de Lefebvre (1976, 1978, 1991, 2001, 2002) ou Harvey (1985, 2001, 2006), não possam ser aplicadas aos espaços, cidades e realidades “urbanas” da “periferia”. Longe disso. Na verdade, elas podem e devem ser empregadas para entender dinâmicas socioespaciais na América Latina, tais como a atual “produção do espaço” em condições capitalistas (contemporâneas) de produção. Entretanto, noções como as de “colonialidade do poder” (Quijano, 2000a) e “diferença colonial” (Mignolo, 1999, 2000, 2002) introduzem aspectos complicados às teorias e estudos críticos espaciais fundamentados em supostos mais ou menos universais. Antes de reproduzir uma suposta universalidade das teorias espaciais críticas, seria mais proveitoso desenvolver um enfoque que assuma a colonialidade como eixo

primordial de análise¹⁰. Tal como indica Escobar (2003, p. 66), a partir de Mignolo (1999, 2000), é imperioso colocar a crítica monotópica da modernidade, realizada pelo pensamento crítico ocidental, em diálogo aberto com críticas centradas na “diferença colonial” que emergem de espaços “periféricos”.

É imprescindível abordar os espaços “periféricos” – os espaços da “diferença colonial” –, historicamente, enfatizando as expressões do padrão de desigualdade, dominação e expropriação que surgiu historicamente das relações “modernas/coloniais”, ou seja, ao longo dos últimos cinco séculos. As espacialidades “periféricas” contemporâneas são produtos acumulativos de tais padrões e, assim, deve-se considerar cuidadosamente a existência de uma “colonialidade do espaço” na conformação da modernidade. O espaço é um produto social, o que no caso da América Latina significa dizer, mais do que em qualquer outro lugar, um produto da colonialidade.

Através deste esforço inicial para conceituar e pensar a espacialidade latino-americana a partir de uma “colonialidade do espaço”, espero ter contribuído para uma compreensão mais abrangente da mesma, assim como espero haver colaborado, ainda que residualmente, para a tão requerida quanto imprescindível “descolonização” dos estudos e teorias críticas do espaço. Finalmente, é importante ressaltar a importância de constituir uma agenda comparativa de pesquisa entre espacialidades fora do “centro”, enfocando as trajetórias históricas de cidades, metrópoles e territórios da vasta e variada “periferia” “pós-colonial” (Mbembe & Nuttall, 2008; Myers, 2011). É justamente nesse sentido que a reflexão sobre e a partir da experiência latino-americana pode contribuir para o estudo crítico da espacialidade “moderna/colonial” ao redor do mundo.

5. Referências Bibliográficas

- Abreu, M. (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar.
- _____. (2010). *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. 2 vols., Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.
- Benchimol, J. (1990). *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro do Início do Século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Castro-Gómez, S. (2000). Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención” del otro. En Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 145-162). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. En Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Comp.). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 09-23). Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre.
- Connell, R. (2009). *Southern Theory*. Cambridge: Allen and Unwin.
- Coronil, F. (2000). Naturaleza del Poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. En Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 87-112). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- _____. (2003). ¿Globalización Liberal o Imperialismo Global? Cinco Piezas para Armar el Rompecabezas del Presente. *Revista Temas*, 33(34), 14-27.

¹⁰ Nesse sentido, é necessário reconhecer, por exemplo, que a “produção do espaço” não é um fenômeno genérico e universal, senão que acompanha o desenvolvimento das relações modernas/coloniais.

- _____. (2007). El Estado de América Latina y sus Estados: Siete piezas para un rompecabezas por armar en tiempos de izquierda. *Nueva Sociedad*, 210, 203-215.
- Davis, M. (2000). *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. New York: Verso.
- _____. (2004). Planet of slums: urban involution and the informal proletariat. *New Left Review*, 26, 5-34.
- _____. (2006). *Planet of Slums: Urban Involution and the Informal Working Class*. London: Verso.
- Diniz, N. (2012, maio). De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha: Colonialidade do Saber e Transformações Urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro. En Capel, H. & Mendivelso, J. (Directores), *XII Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colômbia.
- Dussel, E. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. En Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 41-54). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- _____. (2007). *Política de la Liberación. Historia mundial e crítica*. Madrid: Ed. Trotta.
- Escobar, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 1, 51-86.
- Grosfoguel, R. (2008). Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial. *Tabula Rasa*, 9, 199-215.
- Harvey, D. (1985). *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell.
- _____. (2000). *Spaces of Hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- _____. (2001). *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. New York: Routledge.
- _____. (2005). *The New Imperialism*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2006). *The Limits to Capital*. 4ª ed. Oxford: Blackwell.
- _____. (2012). *Rebel Cities. From the Right to the City to the Urban Revolution*. London and New York: Verso.
- Lander, E. (2000). Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. En Lander E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 11-40). Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- _____. (2006). Marxismo, eurocentrismo y colonialismo. En Boron, A., Amadeo, J. & González, S. (Comp.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas* (pp. 209-243). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Lefebvre, H. (1976). *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*. New York: St. Martin's Press.
- _____. (1978). *El Derecho a la Ciudad*. 4ª ed., Barcelona: Península.
- _____. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- _____. (2001). *A Cidade do Capital*. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP& A.
- _____. (2002). *A Revolução Urbana*. 2ª ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Maldonado-Torres, N. (2006). La topología del ser y la geopolítica del saber: modernidad, imperio, colonialidad. En Schiwy, F. & Maldonado-Torres, N. (Eds.). *(Des)colonialidad del ser y del saber (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia* (pp. 63-130). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- _____. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. En Castro-Gómez, S. & Grosfoguel, R. (Comp.). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre.
- Martins, J. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Mignolo, W. (1999). Colonialidad del poder y diferencia colonial. *Anuario Mariateguiano*, 9(10).

- _____. (2000). La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. En Lander E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 55-86). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- _____. (2001). Local Histories and Global Designs: An Interview with Walter Mignolo. *Discourse*, 22(3), 7-33.
- _____. (2002). The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. *The South Atlantic Quarterly*, 101(1), 57-96.
- _____. (2003a). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. (2003b). Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. (Entrevistado por Catherine Walsh). *Revista On-Line de la Universidad Bolivariana de Chile*, 1(4), 01-26.
- _____. (2006). La descolonización del ser y del saber. En Schiwy, F. & Maldonado-Torres, N. (Eds.). *(Des)colonialidad del ser y del saber (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia* (pp. 25-30). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- _____. (2009). Coloniality: the darker side of modernity. En Breitwieser, S. (Curator). *Modernologies. Contemporary Artists Researching Modernity and Modernities*. Museo de Arte Contemporáneo de Barcelona, Barcelona, 39-49.
- Myers, G. (2011). *African Cities: Alternative visions of urban theory and practice*. London: Zed Books.
- Nuttall, S. & Mbembe, A. (Eds.). (2008). *Johannesburg. The Evasive Metropolis*. Johannesburg: Wits University Press.
- Quijano, A. (1997). Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, 9(9), 113-121.
- _____. (2000a). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 201-246). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- _____. (2000b). Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World-Systems Research*, 11(2), 342-386.
- Quijano, A. & Wallerstein, I. (1992). Americanity as a concept, or the Americas in the Modern World-System. *International Social Science Journal*, 134, 459-559.
- Ribeiro, L. & Lago, L. (2001). Oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, 5, 29-46.
- Robinson, J. (2002). Global and world cities: A view from off the map. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26, 531-554.
- _____. (2003). Postcolonialising geography: Tactics and pitfalls. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24, 273-289.
- _____. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London: Routledge.
- Roy, A. (2009). The 21st-century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, 43(6), 819-830.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2004). *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: EdUSP.
- Silva, M. (1992). *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.
- Vaz, L. (1994). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 24(127,3), 581-597.

Weid, E. (1997). *A cidade, os bondes e a Light: caminhos da expansão do Rio de Janeiro (1850-1914)*. Tese de Doutorado em História, UFF/ICHF, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.